



PT NA CÂMARA

INFORMATIVO DA BANCADA DE DEPUTADOS FEDERAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

FERNANDO FRAZÃO/AG.BRASIL



GUSTAVO BEZERRA/PTNACÂMARA



PT alia-se à sociedade civil contra a reforma da Previdência e contra retirada de direitos

A luta contra as reformas previdenciária e trabalhista, incluindo todos os outros retrocessos do governo Michel Temer, deve reunir milhares de pessoas nas ruas e praças de todo o País nesta quarta-feira (15). A Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo - que agregam partidos políticos, como o PT, além de movimentos sociais e centrais sindicais - estão promovendo dezenas de atos em várias cidades do Brasil.

A proposta de reforma da Previdência desagrada parlamentares da oposição e os movimentos sociais e sindicatos porque, na prática, significa o fim da aposentadoria. Segundo eles, poucos brasileiros conseguirão cumprir as novas regras para a aposentadoria, que incluem a idade mínima de 65 anos tanto para homens quanto para as mulheres e o aumento do tempo de contribuição de 15 para 25 anos. Na periferia das grandes cidades, e em muitos municípios, a expectativa de vida não passa dos 60 anos.

Como parte dessa grande mobilização para derrotar a reforma da Previdência, a Bancada do PT na Câmara realizou na última quinta-feira (9) o Encontro de Parlamentares do PT contra o Desmonte da Previdência. O líder do PT na Câmara, deputado **Carlos Zarattini (SP)**, defendeu no encontro que a mobilização atinja o eleitorado dos parlamentares que apoia o governo Temer.

“Temos que descentralizar a mobilização, fazer nos estados e municípios, ao contrário de um grande ato em Brasília. Temos que ir para os bairros das cidades e para o interior, porque é lá que está a base eleitoral da maioria dos deputados federais que apoiam o governo. Não se enganem, estamos enfrentando uma máquina de guerra do outro lado. O governo está fazendo pesquisa e percebendo a dificuldade. Eles vão aumentar a propaganda na TV e no rádio e pressionar os deputados para aprovar a reforma”, alertou.

Durante o evento também foi aprovado um modelo de moção de repúdio à reforma da Previdência, para ser apresentado nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas para que vereadores e deputados estaduais possam apoiar a luta contra o desmonte da Previdência. *(Leia mais nas páginas 2 e 3).*

Resistência - As manifestações deste 15 de março terão como tema: “Se você

não lutar, sua aposentadoria vai acabar!”. Neste dia, diversos sindicatos também realizam assembleias e atos das categorias. A maior mobilização prevista será a dos professores e trabalhadores da educação, que, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), deve contar com a participação de milhões de trabalhadores em todo o Brasil.

Além dos professores, diversas categorias profissionais já confirmaram participação nos atos, paralisações e protestos desta quarta, em todo o País. Inclusive do setor de transporte. Na cidade de São Paulo, por exemplo, motoristas e cobradores de ônibus já aprovaram paralisação da 0h até as 8h, enquanto os metroviários pretendem parar durante todo o dia. Os metroviários de Belo Horizonte também aprovaram paralisação de 24 horas.

Ainda estão previstas paralisações dos trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp), servidores federais (Sindisef) e do Judiciário (Sintrajud). Bancários, eletricitários, funcionários dos Correios, metalúrgicos e químicos nas bases de diversas centrais vão fazer paralisações, parciais ou durante todo o dia.

Além do ato da Paulista, às 16h, em São Paulo, há concentrações confirmadas na Praça da Estação, em Belo Horizonte (10h), e em Brasília, diante da Catedral, a partir das 8h. No Rio de Janeiro, a concentração está programada para as 16h, na Candelária, região central. Em Curitiba, os organizadores confirmam manifestação para as 9h na Praça Santo Andrade, no centro.

Comissão da Reforma- A Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 287) mantém a sua agenda de debates. Nesta quarta-feira (15) o colegiado discute os “Parâmetros de Projeção do Orçamento da Previdência”, em audiência pública, às 14h, no plenário 1.

A última reunião do colegiado na semana está marcada para quinta-feira (16) e deve debater o “Fortalecimento da Arrecadação para a Seguridade Social”. A audiência está marcada para as 9h30, no plenário 2.



FOTOS: DIVULGAÇÃO





Seminário do PT reforça a importância da luta para derrotar reforma da Previdência que afeta

Mobilizar a população para a luta contra a reforma da Previdência (PEC 287/16) do governo ilegítimo de Michel Temer, que retira direitos dos trabalhadores, foi o principal objetivo do seminário que a Bancada do PT na Câmara promoveu na quinta-feira (9), em Brasília. “A luta contra o desmonte da Previdência Social não pode se restringir ao Congresso Nacional, ela tem que abranger todo o povo brasileiro, em cada município”, afirmou o líder do PT na Câmara, deputado **Carlos Zarattini (SP)** na abertura do evento.

O líder explicou que o encontro, que reuniu vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores, gestores e dirigentes do Partido dos Trabalhadores de todo o País foi importante para a conscientização sobre os retrocessos previstos na reforma. “Temos que acelerar a mobilização em todo o País. Estamos avançando para além das fronteiras da Câmara porque precisamos derrotar essa proposta cruel contra os trabalhadores ainda na comissão especial que discute o tema”, reforçou Zarattini. Ele lembrou que a intenção da base do governo é a de apreciar a proposta, em plenário, na segunda quinzena de maio.

O deputado **Décio Lima (PT-SC)**, líder da Minoria no Con-

gresso, também participou da mesa de abertura do evento e disse que o combate à reforma da Previdência é dentro do Congresso, mas enfatizou que essa árdua tarefa precisa do apoio das ruas. “A grande indagação nesse momento é qual é o partido que vai ter a capacidade de defender a classe trabalhadora brasileira do campo e da cidade. E o partido que tem a maior capilaridade para fazer esse enfrentamento é exatamente o PT”, afirmou.

Décio Lima destacou que essa reforma afeta a vida das pessoas, e que vereadores e deputados estaduais precisam mostrar a dor e a dureza dessa proposta do governo golpista, feita para privilegiar o sistema financeiro e os rentistas. “Com as novas regras, caso essa proposta seja aprovada, o trabalhador não vai conseguir se aposentar e terá que recorrer ao sistema privado de Previdência”, alertou.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), líder PT no Senado, destacou a importância do seminário afirmando que é fundamental democratizar as informações sobre a proposta perversa do governo ilegítimo, para organizar a luta em todo o País. “A população é contra; nós somos contra. Vamos fazer um bom debate com a sociedade e ganharmos essa causa”. Gleise citou que no Dia Internacional das Mulheres (8 de março), militantes e parlamentares

foram às ruas e deram o seu recado: a reforma não pode ser mais atingida pela reforma, disseram. “Não vamos aceitar qualquer retirada de direitos”.

Na avaliação do líder da Minoria no Senado, senador **Roberto Costa (PT-PE)**, o principal trabalho a ser feito na reforma é na base dos parlamentares. Ele defendeu o combate ao desmonte da Previdência nas redes sociais. “Tenho certeza de que essa reforma não será apresentada, com tantos retrocessos, que não seja aceita pelos trabalhadores, ela não passa”, avaliou.

Comissão Especial — O deputado **Roberto Costa (PT-PE)**, um dos representantes do PT na Comissão Especial, participou da reforma, participou da mesa de abertura do seminário dos trabalhos do colegiado. Ele citou que o governo, que tentou impor uma agenda de trabalho, a apresentação do relatório no dia 16 de maio, não pode contar com a resistência do PT e dos partidos de oposição. “Vamos pedir aos ministros a recuarem. Conseguimos impedir a aprovação de leis públicas, ampliando novos temas para serem discutidos. Vamos destacar o prazo para a apresentação d

Reforma da Previdência vai inviabilizar aposentadoria de mulheres

A reforma da Previdência enviada pelo presidente ilegítimo e sem voto de Michel Temer ao Congresso, além de retirar direitos históricos dos trabalhadores brasileiros, vai dificultar e até inviabilizar a aposentadoria futura de milhões de mulheres, trabalhadores rurais e professores do ensino fundamental. Esta é a avaliação de expositores que participaram na quinta-feira (9) do “Encontro de Parlamentares do PT contra o Desmonte da Previdência”, realizado em Brasília.

Sobre a retirada de direitos previdenciários das mulheres, a economista e pesquisadora do Centro de Estudos e Sindicalismo dos Trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marilene Oliveira Teixeira, disse que em um mercado de trabalho desigual como o do Brasil, a proposta do governo é injusta.

Segundo ela, os argumentos utilizados pelo governo para tentar justificar a mesma idade mínima de 65 anos para a aposentadoria entre homens e mulheres, e a extinção do direito de se aposentar cinco anos antes do que os homens, não tem sustentação. O governo afirma que, além da expectativa de vida da mulher ser superior à dos homens, a diferença salarial entre gêneros está caindo.

“O governo ignora que a trajetória da expectativa de vida da mulher, que hoje é de 7,2 anos a mais que os homens, está

caindo desde a década de 1990. É uma tendência que a médio e longo prazo iguala. Ainda assim, mesmo dentro do País existem diferenças enormes na expectativa de vida”, destacou.

Ela disse que, enquanto no Nordeste a expectativa de vida da mulher é de 70,2 anos, no Sul chega a 78,7 anos. Ainda sob essa perspectiva, nos estados de Roraima, Maranhão, Piauí, Amazonas e Rondônia, os homens vivem mais do que as mulheres. Marilene disse ainda que a reforma não reconhece as injustiças que a mulher ainda sofre, como receber salários menores do que os homens, mesmo exercendo a mesma função. Em 2015, segundo ela, a renda média das mulheres alcançava 75,8% da dos homens. Já a renda das mulheres negras chegava apenas a 43,3% dos trabalhadores do sexo masculino.

Marilene Teixeira disse ainda que o desemprego entre as mulheres é maior do que entre os homens. A especialista informou que, em 2015, enquanto 37 milhões de mulheres estavam fora do mercado de trabalho, 17,5 milhões de homens estavam



vogado, mestre em direito e especialista em Previdência Social, Evandro José Morello, destacou que as reformas da Previdência de Temer vão inviabilizar a aposentadoria para as mulheres. “Não tem como ser uma contribuição individualizada, e instaurar uma aposentadoria de 65 anos, com 25 anos de contribuição individualizada e não mais de 30 anos, como é hoje, deve excluir 60% dos trabalhadores”, afirmou.

O especialista em Previdência Social, Evandro José Morello, exigiu de pessoas que começam a trabalhar com 15 anos de idade, se aposentem com 65 anos de idade e 30 anos de contribuição, Evandro Morello



mobilização popular caba com aposentadoria

o. “As mulheres, que serão as
am claramente que são contra

no Senado, senador Humberto
ho a ser feito para derrotar a
es, nos estados e municípios.
da Previdência nas ruas e nas
a proposta, da forma como foi
com tamanho prejuízo para os
ou.

putado **José Mentor (PT-
a comissão especial que discu-
abertura do evento e fez relato
o rolo compressor da base do
nda acelerada, com apresenta-
rço. Mentor falou da grande
posição, que obrigou os gover-
ncluir quatro novas audiências
ra debates. Com isso, além de
o parecer, conseguimos garan-**

s, trabalhadores rurais e professores

mesma situação. “E a distri-
ção das tarefas domésticas
também sobrecarrega a mulher.
quanto as mulheres trabalham
horas semanais além do ho-
rio do trabalho formal em casa,
enas a metade dos homens
clara que trabalha 10 horas”,
ormou.

Trabalhadores rurais- O ad-
lista Previdência Social, Evan-
gras impostas pela reforma da
a aposentadoria rural, princi-
em como o governo instituir a
stituir a idade mínima para a
5 anos de contribuição. Só a
mais sobre parte da produção,
abalhadores rurais da aposen-

disse ainda ser uma maldade
abalhar, com até 14 anos de
s. Sobre a exigência dos 25
lo disse ainda que a proposta

tir um dos debates sobre as mulheres, principais prejudicadas com
a reforma e sobre o cálculo atuarial, que é onde o governo diz que
tem déficit, mas sem citar os dados e fontes para tal conclusão”.

A inclusão das audiências, segundo Mentor, foi uma
vitória porque representa um ganho de cerca de 20 dias na
apresentação do parecer na comissão. “Tempo fundamental
para as mobilizações”, reforçou.

O líder da Minoria na Câmara, deputado **José Guimarães
(PT-CE)**, explicou que apesar do trabalho dos deputados na
comissão especial da reforma e da Bancada do PT ser contra o
desmonte da Previdência, é fundamental a mobilização em cada
estado, em cada município brasileiro. A reforma, enfatizou Gui-
marães, afeta a vida das pessoas e eles precisam saber o que
significa e quais as consequências dessa mudança de regras. Ele
citou que 70% das pessoas que vivem nos pequenos municípios
dependem diretamente da Previdência que impacta a economia
local. “70% dessas pessoas têm a receita vinculada à aposenta-
doria, elas dependem da Previdência Social para sobreviver. Mu-
dar as regras, inviabilizar a aposentadoria para esses trabalha-
dores vai afetar a sobrevivência de milhares de cidades”, alertou.

não leva em conta os produtores que trabalham por safra ou que
vivem em regiões atingidas por catástrofes naturais.

“Um cortador de cana ou outro trabalhador rural que trabalha
por safra não vai mais conseguir se aposentar, porque não terá como
comprovar 25 anos de contribuição. E um agricultor do Nordeste,
que sofre com períodos de seca extrema, como vai conseguir pagar
mensalmente a previdência? Esse modelo proposto pelo governo
significa a exclusão da aposentadoria deles”, reclamou.

Professores- Sobre os professores, o representante da Con-
fedeiração Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE),
Helena Araújo Filho, disse que a reforma é especialmente cruel
com os professores do ensino fundamental, grupo constituído
essencialmente por mulheres. Segundo ele, o fim da regra atual
que garante a aposentadoria da categoria cinco anos antes que
os outros trabalhadores, apenas faz justiça ao enorme desgaste
inerente da profissão.

De acordo com o sindicalista, um grande percentual dos
professores sofre com doenças ocasionadas pelo exercício da
profissão, como a síndrome de Burnot, e problemas ergonômicos
como bursite, tendinite e problemas de voz. A síndrome de
Burnot é um distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido
de esgotamento físico e mental intenso, decorrente de stress
prolongado no trabalho.

Rui Falcão: As alternativas do PT para a Previdência

Em meio às manifestações contra o desmonte da Previdência (e foi
notável a reação das mulheres no 8 de março, dia de luta também
contra o conservadorismo e a violência), abre-se agora o debate sobre
qual a melhor tática parlamentar para impedi-lo.

O tema veio a público durante seminário organizado em conjunto
pelas bancadas e pela direção nacional do PT, em Brasília, com o
intuito de subsidiar nossa militância para o debate e enfrentamento da
“reforma” em suas cidades. A questão posta, que abordo aqui em
caráter pessoal, visto que nem a CEN ou as bancadas deliberaram a
respeito, é se devemos ou não propor emendas ao monstro do
governo usurpador.

É trivial, na atividade parlamentar, apresentar emendas aditivas,
supressivas, modificativas e, mesmo, substitutivos integrais a projetos
de autoria de parlamentares ou de outros poderes da República. Por
que, então, a dúvida?

Trata-se, a meu ver, de uma impossibilidade de emendar para tornar
“menos pior” o que os golpistas engendraram. Além do que, a abertura de
negociações agora, sem que os principais interessados, nos movimentos e
entidades, se disponham a isso até o momento, seria arrefecer as pressões,
aliviar as vacilações de parlamentares da base governista em contradição
com a proposta e preocupados com o descontentamento de seu eleitorado.

Por isso, as emendas da oposição deveriam ir na linha de suprimir os
pilares da proposta do governo ilegítimo, aquelas que cancelam direitos
e criam novas obrigações. Cumpririam, também, o papel de alongar o
debate, retardar os prazos curfíssimos da votação pretendida, favorecendo
um debate mais amplo com a população e no interior do Congresso.

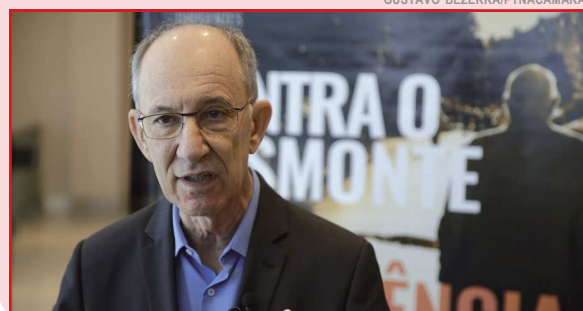
Aos que cobram alternativas para uma Previdência mais sustentável que
a atual, vale lembrar o período do governo Lula — quando não se contes-
tava o sistema de seguridade —, e sugerir, entre outras providências:

1. Combater o desemprego e gerar novos empregos com carteira
assinada, pois assim aumentariam as receitas da Previdência;
2. Aumentar o salário—mínimo e os demais salários, medida que
elevaria as receitas e ativaria a demanda, estimulando a retomada da
economia hoje em recessão;
3. Cobrança rigorosa das enormes dívidas dos sonegadores da
Previdência;
4. Formalização de empresas que vivem à margem do sistema;
reforma tributária progressiva para taxar os grandes patrimônios e
riquezas, e os ganhos hoje isentos de rentistas e especuladores.

Temos convicção de que nossa aguerrida oposição parlamentar,
apoiada pelas manifestações de rua convocadas para os próximos dias,
será vitoriosa contra mais esta maldade de Temer & Associados.

Rui Falcão é presidente nacional do PT

GUSTAVO BEZERRA/PTNACÂMARA





Reforma de Temer empurra as pessoas para o sistema privado, alerta Gabas

O ex-ministro da Previdência Social Carlos Gabas afirmou em entrevista ao PT na Câmara que a proposta de reforma da Previdência (PEC 287/16) enviada pelo governo ilegítimo de Temer ao Congresso, se aprovada, vai “desmontar” um dos maiores sistemas de proteção social do mundo. Ele também desconstruiu um dos argumentos utilizados para justificar a reforma, que é o suposto rombo nas contas da Previdência. “A Previdência não está quebrada”.

De acordo com o ex-ministro, que ocupou a pasta durante os governos de Lula e Dilma, o debate sobre o tema está equivocado porque não aborda de maneira correta nem o diagnóstico, muito menos as soluções para o futuro do sistema. Para ele, a reforma empurra (as pessoas) para o sistema privado, “esse é o x da questão”. Gabas participou do seminário promovido pela Bancada do PT na quinta-feira (9). **Leia abaixo a entrevista:**

O governo diz que a reforma é necessária para garantir o pagamento das aposentadorias no futuro. Como o senhor avalia essa argumentação?

É fundamental desfazer o mito de que o sistema previdenciário brasileiro está quebrado. O nosso sistema é um dos melhores e um dos que oferecem maior proteção social no mundo. Não existe país com o tamanho do Brasil, com a quantidade e com o grau de desigualdade que temos (regional, econômica e social) que consiga oferecer esse sistema de proteção.

É verdade que, na comparação com países da OCDE- mais ricos do mundo- gastamos muito mais com Previdência?

Não é verdade. Por quê? Porque as condições são outras. O PIB é outro. É cruel você comparar (o Brasil) com um país como a Alemanha. Qual o PIB da Alemanha? Qual é o percentual que eles gastam com Previdência? As condições não são as mesmas.

Então o sistema previdenciário é adequado à nossa realidade?

Nosso sistema é adequado ao País. É claro que temos desafios, nós precisamos discutir a Previdência porque ela vai para além dessa questão da conta que eles apresentam, porque a conta nós temos que questionar.

O governo afirma que se não houver a reforma agora, ela quebra no futuro por conta do déficit...

O governo pega o valor do gasto hoje, da receita, projeta e fala: “lá na frente quebra”. As projeções são obrigatórias pela LDO até 2060. Agora vocês imaginem como é feita essa projeção. Quais são os parâmetros? Qual é a estrutura de cálculo atuarial? Para em pé? Não, não para em pé. Qualquer coisa para 2060 é bola de cristal, porque o mundo do trabalho é dinâmico.

E como enfrentar esse dinamismo no mundo do trabalho?

O que nós vínhamos fazendo? A presidenta Dilma, no dia 30 de abril de 2015, editou um decreto criando o Fórum Nacional de Trabalho e Previdência Social. Por que o trabalho? A Previdência está diretamente ligada ao mundo do trabalho, e o mundo do trabalho é dinâmico demais. Vocês acham que vamos ter essa mesma estrutura de trabalho em 2020, 2030, 2050? Não vamos.

E o que outros países estão fazendo para se adequarem a essa mudança?

Cada vez mais migrando a base de financiamento de folha de salários, onde tem intensiva mão de obra, para o lucro das empresas. Nós estamos vendo empresas com seis funcionários ter mais lucro do que empresa com cinco mil. Então é justo taxar igual? Claro que não. A gente vai ter que estudar isso e fazer uma migração, porque o mundo do trabalho vai mudar.

E como aumentar as fontes de financiamento?

Temos que começar a pensar a taxação de grandes



fortunas, o imposto de renda sobre distribuição de lucros e resultados. Vários países estão vinculando a arrecadação à receita, especialmente às riquezas do país. Eles vinculam a extração do petróleo e a extração do minério à criação de fundos para garantir a sustentação do sistema de proteção. Não existe país que tenha um estado de bem-estar social que não tenha um sistema de proteção social decente. O que a PEC 287 faz é exatamente o contrário: é desproteção social.

Qual seriam as diretrizes corretas para nortear uma reforma que fortaleça a Previdência e respeite direitos?

Primeiro, qualquer proposta que não ouça a sociedade está errada. Tem que ouvir os movimentos sociais, as centrais sindicais, os partidos, os trabalhadores do campo, da cidade, e os empresários. Depois, o país precisa de um sistema de proteção social justo, eficiente e que proteja o cidadão. Terceiro, o Estado brasileiro precisa contribuir. A Constituição diz que a seguridade será financiada pela contribuição de empregadores, trabalhadores e União.

Na sua avaliação, da forma como está, para que serve a reforma da Previdência de Temer?

O que está em jogo é para onde vai a riqueza do País. Para onde vão os recursos da União? Para financiar capital especulativo de rentista ou para proteger a sociedade? Essa é a discussão. Essa reforma empurra (as pessoas) para o sistema privado, esse é o “x” da questão.

Líder da Bancada: Deputado Carlos Zarattini (SP)

Coordenadora Geral: Chica Carvalho **Coordenador de Comunicação:** Carlos Leite **Coordenador Adjunto:** Rogério Tomaz Jr., Paulo Paiva Nogueira (Assessoria de Imprensa) **Editores:** Denise Camarano (Editora-chefe);

Vânia Rodrigues e Tarciano Ricarto **Redação:** Benildes Rodrigues, Gizele Beniz, Héber Carvalho, Tarciano Ricarto e Vânia Rodrigues - **Rádio PT:** Ana Cláudia Feltrim, Chico Pereira, Ivana Figueiredo e Gabriel Sousa

Fotógrafo: Gustavo Bezerra **Video:** João Abreu, Jonas Tolocka, Jocivaldo Vale, Crisvano Queiroz

Projeto Gráfico: Sandro Mendes - **Diagramação:** Ronaldo Martins - **Web designer e designer gráfico:** Claudia Barreiros - **Secretária de Imprensa:** Maria das Graças e Eva Gomes

Colaboração: Assessores dos gabinetes parlamentares e da Liderança do PT.

O Boletim PT na Câmara foi criado em 8 de janeiro de 1991 pela Liderança do PT na Câmara dos Deputados.